

## **EDITAL DE ABERTURA PARA AFERIÇÃO DE BOLSA DE ESTUDOS DO COLÉGIO BONI CONSILII**

A Associação Madre Cabrini mantenedora dos Colégios Madre Cabrini – São Paulo/SP, Boni Consilii – São Paulo/SP, Regina Coeli – Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições previstas no Estatuto Social, em consonância com o disposto na lei 12.101/2009 e decreto 8.242/2014, abre inscrições para o Processo Seletivo de aferição de Bolsas, para o ano de 2021.

### **EDITAL nº 1 / 2020 - ANO LETIVO 2021**

### **MODALIDADE DE BOLSA: BOLSA DE ESTUDO SOCIAL**

### **PROCESSO SELETIVO PARA AFERIÇÃO DE BOLSA ESTUDO SOCIAL**

Dispõe sobre o processo seletivo para aferição de bolsas de estudo a alunos da Educação Básica da Educação Infantil, Ensino fundamental e Ensino Médio para o ano letivo 2021 e dá outras providências.

O benefício de bolsa de estudo será concedido pela Associação Madre Cabrini a candidatos que tenham perfil socioeconômico, conforme prevê a Lei nº 12.101/09 e Decreto nº 8.242/14.

## **1. FINALIDADE**

Art. 1º - O Programa de bolsa de estudo, faz parte das atividades filantrópicas da instituição e tem por objetivo aferir e/ou conceder bolsas de estudo a alunos da Educação Básica do Ensino Fundamental I, II e Ensino Médio, conforme critérios apresentados neste edital e aprovados pela comissão de avaliação e aferição de bolsas de Estudo.

§ 1º - Os critérios e condições necessários para inscrição em cada modalidade de Bolsa ofertada são os constantes nesse Edital de divulgação do Processo Seletivo de Bolsa.

§ 2º - O montante de recursos destinado ao Programa de Bolsas de Estudo objeto do caput deste artigo terá como base o que disciplina a legislação para as Instituições Certificadas como Entidades Beneficentes de Assistência Social e a preservação do equilíbrio econômico-financeiro da instituição.

§ 3º - A atribuição de bolsas é de julgamento exclusivo da instituição, salvo condições de obrigatoriedade legal.

## **2. DOS REQUISITOS BÁSICOS**

Art. 2º - O candidato ao Processo Seletivo de Bolsa Estudo Social para ter seu pedido analisado primeiramente deve satisfazer as condições descritas no § 1º deste artigo.

§ 1º - O candidato, para ter seu pedido analisado, deve apresentar os seguintes requisitos:

- Inscrever-se no Processo Seletivo de Bolsa Estudos Social, nos prazos previstos em Edital;
- Comprovar renda Bruta “per capita” de acordo Art. 11º deste edital.

Art. 3º - O Serviço Social, dentro de suas atribuições profissionais, realizará o parecer dos candidatos à aferição de Bolsa de Estudos Social pela Renda “per capita” de acordo com a Renda Bruta do Grupo

Familiar; além disso, fará uso de documentação comprobatória e, caso necessário, entrevista e/ou visita domiciliar para complementar a análise.

**Parágrafo único** - Entende-se por **Grupo Familiar** a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um mesmo domicílio. (Portaria nº 15, de 11 de agosto de 2017).

### 3. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 4º - Para a operacionalização da aferição de Bolsa de Estudo Social e demais ações assistenciais realizadas ou a serem realizadas, contará com um setor denominado de Serviço Social, que será composto por, ao menos, um Assistente Social, como profissional técnico responsável, e por auxiliares em número suficiente para atender à demanda do setor.

Art. 5º - A instituição contará, ainda, com uma Comissão de Avaliação de Bolsa, composta por um Assistente Social e por pelo menos mais dois membros indicados pelo representante legal da instituição,

Art. 6º - O Processo Seletivo para aferição de Bolsa de Estudo Social é regido por edital próprio, operacionalizado pelo Serviço Social e analisado pela Comissão de Avaliação de Bolsa de Estudo.

Art. 7º - A seleção dos candidatos é processada a partir da análise do formulário de cadastro socioeconômico juntamente com a documentação comprobatória.

§ 1º - Somente será analisado o pedido do candidato que preencher o formulário de cadastro socioeconômico e entregar a documentação comprobatória, tal como estipulado em Edital.

Art. 8º - O preenchimento do formulário cadastro socioeconômico supõem, respectivamente, completar os campos previstos com informações verídicas e cabais, e incluir cópias comprovadas de todos os documentos listados no Edital.

### 4. PROCESSO DE INSCRIÇÃO

Art. 9º - A inscrição no Processo Seletivo de Bolsa Social se fará pelo preenchimento do formulário de avaliação Socioeconômico disponível na Secretária da Escola, e da entrega da documentação comprobatória relacionada no Edital.

**Parágrafo único** - É de responsabilidade do requerente, aluno ou responsável, a veracidade das informações apresentadas tanto no questionário socioeconômico quanto na documentação comprobatória.

### 5. DO ÂMBITO

Art. 10º - São abrangidos pela Bolsa de Estudo Social os seguintes cursos:

I – Na Educação Básica:

- a) Educação Infantil;
- b) Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais;
- c) Ensino Médio.

§ 1º - A bolsa de Estudo Social não representará desembolso financeiro ao beneficiário, referente às semestralidades ou anuidades, bem como, taxas de secretaria diversas.

## **6. DOS CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DE BOLSA SOCIAL**

Art. 11º - O candidato, para ter seu pedido analisado, deve apresentar os seguintes requisitos:

- a) Inscrever-se no Processo Seletivo de Bolsa Estudos Social, nos prazos previstos neste Edital;
- b) Para bolsa social integral (100%), comprovar renda familiar mensal “per capita” não superior a 1 ½ (um e meio) a três salários mínimos vigente na época da análise para bolsas 50%.

Os percentuais e a quantidade de bolsas a serem oferecidas em cada nível da educação básica serão feitos como definido no item 05 do Regulamento de aferição de Bolsa de Estudo da Associação Madre Cabrini.

Art. 12º - Os percentuais e a quantidade de bolsas a serem oferecidas em cada nível da educação básica do será feita como definido no § 1º e § 2º do Art. 1º e Art. 14 deste Edital de aferição de bolsa de estudo.

Art. 13º - A classificação dos candidatos ao benefício da Bolsa de Estudo Social será feita a partir do perfil socioeconômico e dos seguintes critérios:

- I - proximidade da residência;
- II - sorteio;
- III - outros.

Art. 14º - A Bolsa de Estudo Social será concedida sobre as parcelas de anuidade, bem como taxas de secretaria diversas, conforme o caso, e terão validade até o término do período letivo em curso.

Art. 15º - A Bolsa de Estudo Social poderá ser concedida a qualquer tempo, mediante Edital, com validade até o término do período letivo solicitado e, nos casos previstos no artigo 10, por período determinado conforme a necessidade analisada.

Art. 16º - A Bolsa de Estudo Social não é cumulativa com outros tipos de bolsas.

Art. 17º - A bolsa de Estudo Social é individual, pessoal e intransferível.

Parágrafo único - Caso o aluno seja agraciado por mais de uma modalidade de bolsa, prevalecerá a de maior monta.

## **7. DA COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR**

Art. 18º - Grupo Familiar: entende-se como grupo familiar a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um mesmo domicílio. (Portaria nº 15, de 11 de agosto de 2017).

### **Atenção:**

- a) Guarda Compartilhada: Entende-se por guarda compartilhada a guarda jurídica comprovada atribuída a ambos os genitores, cuja renda bruta familiar será analisada conforme segue:

Quando não há obrigação de pagamento de pensão alimentícia por nenhuma das partes: - a renda bruta familiar será analisada com base nos rendimentos do Grupo Familiar do genitor com quem a criança/adolescente permanece a maior parte do tempo.

Quando há obrigação de pagamento de pensão alimentícia por uma das partes: - a renda bruta familiar será analisada com base na renda do Grupo Familiar do genitor que recebe a pensão alimentícia e custear as despesas escolares, sendo o valor desta somado aos demais rendimentos do Grupo Familiar.

A permanência da maior parte do tempo com uma ou outra família será feita pela Declaração de Guarda Compartilhada Jurídica, conforme modelo disponível na secretária.

b) Cópias dos Documentos: Quando as cópias não forem apresentadas juntamente com a via original para aferição, deverão ser apresentadas com autenticação em cartório.

## **8. DA APURAÇÃO DA RENDA PER CAPITA**

Art. 19º - A renda familiar bruta mensal per capita será apurada de acordo com o seguinte procedimento:

I - calcula-se a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros do grupo familiar a que pertence o estudante, levando-se em conta, no mínimo, os três meses anteriores ao comparecimento do estudante para aferição das informações pela instituição;

II - calcula-se a média mensal dos rendimentos brutos apurados após a aplicação do disposto no inciso I; e

III - divide-se o valor apurado após a aplicação do disposto no inciso II pelo número de membros do grupo familiar do estudante.

§ 1º No cálculo referido no inciso I do artigo anterior serão computados os rendimentos de qualquer natureza percebidos pelos membros do grupo familiar, a título regular ou eventual, inclusive aqueles provenientes de locação ou de arrendamento de bens móveis e imóveis.

§ 2º Estão excluídos do cálculo de que tratam os parágrafos anteriores:

I - os valores percebidos a título de:

- a) auxílios para alimentação e transporte;
- b) diárias e reembolsos de despesas;
- c) adiantamentos e antecipações;
- d) estornos e compensações referentes a períodos anteriores;
- e) indenizações decorrentes de contratos de seguros; e
- f) indenizações por danos materiais e morais por força de decisão judicial.

II - os rendimentos percebidos no âmbito dos seguintes programas:

- a) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- b) Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;
- c) Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados;
- d) Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem;
- e) Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência; e
- f) demais programas de transferência condicionada de renda implementados pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

III - o montante pago pelo alimentante a título de pensão alimentícia, exclusivamente no caso de decisão judicial, acordo homologado judicialmente ou escritura pública que assim o determine.



§ 3º Caso o grupo familiar informado se restrinja ao próprio estudante, este deverá comprovar percepção de renda própria que suporte seus gastos, condizente com seu padrão de vida e de consumo, sob pena de indeferimento do pedido.

Parágrafo Único - Ficam dispensados do processo de seleção de bolsistas, os candidatos oriundos de famílias incluídas no CadÚnico, e que comprovem ser beneficiários de pelo menos um dos programas sociais elencados abaixo;

- I. Benefício de Prestação Continuada
- II. Bolsa Família
- III. Cartão Reforma
- IV. Ciências sem Fronteiras
- V. CNH Social
- VI. Criança Feliz
- VII. PETI
- VIII. Tarifa Social de Energia Elétrica
- IX. Telefone Popular

## 9. DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

Art. 20º - A comprovação da renda bruta familiar e das demais informações necessárias à análise socioeconômica será feita por meio de documentos e deverá ser entregue pelo candidato ou responsável legal conforme previsto no Edital.

§ 1º – O Serviço Social no decorrer da análise socioeconômica poderá ainda, caso julgue necessário, solicitar outros documentos que achar pertinente, convocar o candidato ou responsável legal para entrevista, bem como realizar visita domiciliar.

§ 2º - Será assegurado o sigilo de todas as informações e documentos apresentados pelo candidato, salvo aqueles referentes às obrigações legais de prestação de contas exigidas e pelos órgãos governamentais.

§ 3º - Para que seja realizada a análise socioeconômica são necessários os documentos listados abaixo:

**Para famílias NÃO incluídas no CadÚnico ou em programas de transferência de renda:**

**Formulário Socioeconômico:**

- ✓ Preencher e entregar formulário socioeconômico **sem rasuras e assinado**, juntamente com demais documentos comprobatórios.

**Documentos de identificação:**

- ✓ Cópia dos documentos de RG, CPF de todos que moram na casa / residência (no caso de crianças pode ser apresentada certidão de nascimento).

**Comprovante de estado civil:**

- a) certidão de casamento;
- b) declaração de União estável;
- c) declaração de separação (modelo disponível na secretária);



- d) averbação do divórcio;
- e) ou certidão de óbito.

**Comprovante de rendimentos:**

- ✓ Cópias dos comprovantes de rendimentos de todos que moram na casa/residência, que tenham algum rendimento mensal ou quando for o caso.

**OBSERVAR:**

**a) Trabalho registrado / assalariado:**

- ✓ Apresentar os três últimos Holerites / contracheque;
- ✓ No caso de recém-contratados que ainda não tenham comprovação da renda, trazer declaração da firma empregadora contendo o valor bruto e cargo que ocupa;
- ✓ No caso de ter rendimentos adicionais como horas extras, comissões ou bonificações trazer os 6 últimos holerites.

**b) Trabalhador informal, prestador de serviços autônomo ou profissional liberal:**

- ✓ Apresentar declaração de trabalho autônomo (modelo disponível na tesouraria), caso não possua DECORE (Declaração de Comprovação de Rendimentos);
- ✓ Caso contribua, como autônomo ao INSS, 3 últimos guias de pagamento;
- ✓ Extrato de vínculo e contribuições a previdência – Cadastro Nacional de informações sociais da Previdência – CNIS.

**c) Desempregados:**

- ✓ Declaração de desemprego (conforme modelo disponível na tesouraria);

**d) Se for desempregado RECEBENDO SEGURO DESEMPREGO:**

- ✓ Último extrato da parcela de seguro-desemprego, fornecido pela Caixa-Econômica Federal;
- ✓ Rescisão contratual e comprovante do saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

**e) Se for DO LAR ou NÃO TER RENDIMENTOS:**

- ✓ Apresentar declaração de ausência de rendimentos (modelo disponível na secretária).

**f) Proprietário ou sócio de empresa ou microempresa:**

- ✓ Declaração de Pró-Labore firmado pelo contador com identificação do CRC acompanhado da declaração de imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e Contrato Social. Caso microempreendedor, anexar o SIMPLES;
- ✓ DECORE (**Declaração de Comprovação de Rendimentos**) constando a descrição da atividade desenvolvida e a média mensal dos rendimentos, expedido por contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade ou Declaração de justificativa expedida por contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade.

**g) Aposentados e pensionistas:**



- ✓ Apresentar extrato recente do pagamento do benefício do INSS Extrato de pagamento constando valor bruto do benefício;
- ✓ No caso de pagamento pelo INSS, o extrato deve ser obtido no endereço eletrônico <http://www3.dataprev.gov.br/cws/contexto/hiscre/index.html>, informando o número do benefício, data de nascimento, nome do beneficiário e CPF;
- ✓ Extrato de vínculo e contribuições a previdência – Cadastro Nacional de informações sociais da Previdência – CNIS, se for necessário.

#### **h) Estagiário:**

- ✓ Termo de estágio e termo aditivo, quando houver, contendo período, vigência e valor.

#### **Imposto de Renda:**

- ✓ Cópias da Declaração de Imposto de Renda (IRPF) e/ou (IRPJ) do último ano, completa ou simplificada, de todos que forem maiores de 18 anos ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)).
- ✓ Declaração de isento (modelo disponível na secretária).

#### **Carteira de Trabalho:**

- ✓ Cópia da carteira de trabalho de **TODOS** os moradores da casa/residência maiores de 18 anos, sem exceção (página do nº de série - foto, verso - identificação, páginas do contrato de trabalho e página seguinte em branco e anotações gerais).

#### **Outros comprovantes de RENDA como:**

- ✓ Cópia do comprovante de **RECEBIMENTO** de aluguel de imóvel, nos casos em que o aluno ou responsável legal tem imóvel alugado;
- ✓ Comprovante de recebimento **ajuda financeira de terceiros** (parentes, amigos, igreja, etc.), apresentar declaração de ajuda financeira (modelo disponível na tesouraria).

#### **Beneficiários do Bolsa Família ou outros programas de transferência de renda:**

- ✓ Apresentar cópia comprovante de pagamento do Benefício e cartão.

#### **Beneficiários do BPC – Benefício de prestação continuada:**

- ✓ Apresentar cópia do extrato do INSS do pagamento do Benefício.

#### **Pensão alimentícia (QUANDO RECEBER):**

- ✓ Apresentar comprovante atualizado de recebimento de pensão alimentícia ou declaração do pagante da pensão alimentícia (modelo na secretária). Acompanhar Cópia da decisão judicial determinando o pagamento de pensão alimentícia, quando for o caso.

#### **Pensão alimentícia (QUANDO NÃO RECEBE):**

- ✓ Declaração do NÃO recebimento da pensão alimentícia (modelo disponível na secretária).

#### **Comprovantes de despesa/endereço:**



- ✓ Cópia de pelo menos 01 (um) comprovante de despesas/ endereço como contas de água, luz, telefone, condomínio ou outro que tiver atualizado em nome do candidato e/ou responsável (em caso de o candidato morar em pensões ou albergues trazer declaração do responsável pelo alojamento ou residência);

#### **Comprovante de moradia:**

- ✓ Contrato de locação – Cópia do contrato de locação com as assinaturas reconhecidas em cartório e os 03 (três) comprovantes de pagamento, se residir em moradia alugada por meio de imobiliária e/ou administradora de imóveis;
- ✓ Declaração de moradia aluga sem contrato de locação (modelo disponível na secretária);
- ✓ Documentos do imóvel próprio - IPTU e/ou Contrato de compra e Venda do imóvel, nos casos de casa própria ou Boleto bancário e IPTU, em caso de casa própria financiada;
- ✓ Declaração de propriedade: nos casos em que a casa for própria, porém irregular (modelo disponível na secretária);
- ✓ Casa cedida - Declaração: nos casos em que a residência for cedida por familiares ou outros (modelo disponível na secretária).

#### **Termo de Guarda ou tutela**

- Quando residir na casa crianças ou adolescentes sem os pais, ou com apenas um dos genitores. Cópia da guarda do responsável ou declaração de guarda, **quando for o caso**.
- Declaração de guarda compartilhada e cópia da decisão judicial, quando for o caso;

#### **Para famílias incluídas no CadÚnico ou em programas de transferência de renda cujos critérios de seleção sejam comprovadamente compatíveis com os da lei no12.101, de 2009.**

- a) Folha Resumo Cadastro Único e do Comprovante de Cadastramento no Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais do Governo Federal, devidamente atualizados conforme documentação do Grupo Familiar entregue.
- b) Cópia do Cartão Bolsa Família e do extrato de recebimento do benefício dos últimos três meses, quando houver. Obs. Quando o Grupo Familiar não for beneficiário do Bolsa Família o responsável pelo recebimento dos documentos poderá solicitar outros documentos que julgue necessários para análise socioeconômica.
- c) Cópia do Comprovante de Residência do aluno, quando houver, e a Declaração de Residência assinada pelo responsável financeiro informando os nomes de todos os membros do Grupo Familiar.
- d) Documento de identidade do aluno e de cada membro do Grupo Familiar. Serão aceitos os seguintes documentos: Para maiores de 18 anos: Cédula de Identidade (RG - modelo novo) ou Carteira de Habilitação (CNH), quando houver. Para menores de 18 anos: Cédula de Identidade (RG - modelo novo), quando houver ou Certidão de Nascimento.

#### **Observações:**

- ✓ Quando houver pagamento de hora extra ou comissão, o candidato deverá apresentar os 6 (seis) últimos contracheques/holerite;



- ✓ O setor social no ato do recebimento da documentação ou no decorrer da análise poderá, caso julgue necessário, solicitar outros documentos e convocar o candidato ou responsável legal para entrevista;
- ✓ A ausência da entrega da documentação acima solicitada ou no caso de não comparecimento a entrevista solicitada ensejará no indeferimento imediato do pedido de aferição da Bolsa de estudos social e seu arquivamento;
- ✓ Os candidatos e alunos bolsistas poderão receber a vista domiciliar da assistente social da instituição que emitirá parecer técnico, a fim de certificar a aferição ou não do benefício. A visita é feita sem agendamento ou aviso prévio, podendo ocorrer a qualquer momento a partir da data de entrega da documentação;
- ✓ As bolsas de estudos poderão ser canceladas a qualquer tempo, em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou seu responsável, ou inidoneidade de documentos apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis (Art. 15, § 3º da Lei nº 12.101/2009);
- ✓ A análise do preenchimento do critério socioeconômico é de caráter eliminatório;
- ✓ Os documentos apresentados para o processo de aferição, mesmo nos casos indeferidos, não serão devolvidos, devido à necessidade de comprovação da demanda e eventuais fiscalização.

## 10. DO PRAZO

Art. 21º - Publicação do Edital no mural do Colégio Boni Consilii.

a) Para aferição de bolsa de Estudos:

- ✓ Retirada do envelope com Formulário de avaliação socioeconômico para preenchimento.

Dias e horários:

**26/10/2020** Para alunos da Educação Infantil ao 6º ano do Ensino fundamental das 08h00 às 12h00.

**27/10/2020** Para alunos do 7º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio das 08h00 às 12h00.

- ✓ Entregar toda documentação nos prazos informados nesse edital.

**Local de entrega da documentação comprobatória:**

**Endereço: Alameda Barão de Limeira, 1379 - Campos Elíseos, São Paulo - SP, 01202-002.**

Dias e horários:

**09/11/2020** Para alunos da Educação Infantil ao 6º ano do Ensino fundamental das 13h00 às 17h00.

**10/11/2020** Para alunos do 7º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio das 13h00 às 17h00.

- ✓ Divulgação do resultado por telefone dia **30/11/2020** das 08h às 12h e 13h30 às 16h00.

## 11. INFORMAÇÕES

Art. 22. Informações sobre o processo de aferição de Bolsas de Estudo, objeto deste Edital, podem ser obtidas diretamente na tesouraria da Escola Endereço: **Alameda Barão de Limeira, 1379 - Campos Elíseos, São Paulo - SP, 01202-002**

## 12. CESSAÇÃO DO DIREITO À BOLSA

Art. 23º - Constituem motivos para a cessação de direito à Bolsa total os seguintes casos:

- a) A falta de qualquer documento ou descumprimento dos prazos previstos no Edital levará ao imediato indeferimento do pedido e ao consequente arquivamento do processo;
- b) Caso seja detectada a inveracidade nas declarações apresentadas, omissão de informações ou qualquer outro ato ilícito que venha a comprometer o resultado da análise socioeconômica, mesmo que apurado no decorrer do período letivo, o aluno perderá o benefício, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- c) Cancelamento ou trancamento da Matrícula do Curso.
- d) Transferência para outra Instituição de Ensino.
- e) Não aprovação no período letivo cursado na Instituição.
- f) O não comparecimento em entrevista previamente convocada pelo Serviço Social;
- g) Alteração da realidade socioeconômica do grupo familiar que descaracterize a condição estabelecida inicialmente para a concessão da Bolsa de Estudo Social.
- h) A não aceitação, pelo candidato, das condições previstas neste Regulamento no Edital.
- i) Ocorrência disciplinar prevista no Estatuto ou Regimento Interno da Unidade Escolar mantida pela Associação Madre Cabrini na qual o bolsista estiver matriculado;

**Observação:** As denúncias que envolvam os casos previstos nas alíneas “b” e “f” deverão ser formalizadas e encaminhadas ao Serviço Social, que fará a verificação e emitirá parecer à Comissão de Avaliação de Bolsas para decisão final.

## 13. DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24º - A inscrição do candidato à Bolsa de Estudos Social implica na aceitação do que dispõe o Regulamento de aferição de Bolsas de Estudos Associação Madre Cabrini e neste Edital.

Art. 25º - Será concedida a bolsa de estudo somente após o responsável pelo candidato assinar o **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS E O RECIBO DE CONCESSÃO DE GRATUIDADE DE BOLSA DE ESTUDO** para o ano vigente.

Art. 26º - Em nenhuma hipótese serão recebidos processos incompletos ou fora dos prazos estabelecidos neste Edital.

São Paulo, 07 de outubro de 2020.

---

Maria Eliane Azevedo da Silva  
Presidente da Associação Madre Cabrini